Ata da 7ª (sétima) reunião ordinária da 4ª Sessão Legislativa da legislatura 2021-2024, realizada no dia 06 de maio de 2024 às 19:00 horas, sob a presidência do vereador Nilson Cesar do Nascimento Almeida. cumprimentou a todos e determinou à secretária que procedesse com o registro da presença dos vereadores o qual estavam todos presentes. Como houve número regimental, o presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida, os vereadores procederam com a oração do pai nosso. Após a oração, foi determinado à secretária que procedesse com a leitura dos pareceres apresentados ao projeto de lei complementar número 13/2023 que Altera dispositivo da Lei Complementar n° 2.219, de 29 de dezembro de 2006 -CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, em razão das modificações da Lei Complementar Federal n.º 116, de 31 de julho de 2003 e Lei Complementar Federal n.º 157, de 29 de dezembro de 2016, e dá outras providências. Os pareceres foram colocados em discussão. Em seguida, o projeto de lei complementar foi colocado em discussão. O projeto de lei complementar 13/2023 foi colocado em votação eletrônica, tendo sido aprovado por unanimidade pelos vereadores. Ato contínuo, a secretária procedeu com a leitura dos pareceres apresentados ao projeto de lei número 13/2024 que Altera dispositivo da Lei Municipal n. 3195, de 15 de janeiro de 2024 que. Autoriza o Poder Executivo a conceder premiações a participantes de eventos esportivos, culturais, artísticos, científicos, acadêmicos e outros, e dá outras providências. Os pareceres foram colocados em discussão. Em seguida, o projeto de lei foi colocado em discussão. No uso da palavra, o vereador Rodrigo disse que propôs a criação de benefício aos jovens que estão cumprindo serviço no Tiro de Guerra. Aduziu que a proposição tem parecer contábil contrário sob o argumento de que há vedações do período eleitoral. Sugeriu que a Casa aprove a proposta e o Executivo deixe de sancionar. Questionou se há uma situação em que há dois pesos e duas medidas, alegando que se é viável a criação de premiação a participantes de eventos esportivos, o benefício aos jovens no tiro de guerra também é instando a mesa diretora a colocar a proposta de sua autoria em discussão e votação. No uso da palavra, o vereador Alessandro Matias se disse contrário à aprovação da proposta, uma vez que não há condições para a criação de premiações no momento alegando temores de mal uso dos recursos públicos, alegando também que todos os torneios pertinentes já foram realizados, instando aos demais vereadores a votarem contrariamente à proposta. No uso da palavra, o vereador André disse que esta casa não valoriza o esporte na cidade. Disse que a proposta tramita na casa desde fevereiro de 2023. Que vereador Alessandro Matias apresentou emenda à proposição para alterar o artigo 1º, fato que inviabilizou premiações a atletas e disse esperar que a proposta seja aprovada. No uso da palavra, a vereadora

Bárbara disse que não há qualquer incentivo para Campeonatos Regionais e que não há igualdade e que agora no período eleitoral todos querem ser "pais de demandas" e que os vereadores devem agir em prol da população e não ser "capacho do Poder Executivo". Disse ainda que os vereadores devem pedir vista ao Projeto de lei número 13/2023 para melhor análise. No uso da palavra, o vereador Mauro fez críticas ao Executivo dizendo que no Poliesportivo há vários funcionários, mas nos Bairros não há nenhum, entre outras críticas. Em uso da palavra, o vereador Osmar fez críticas à fala do vereador André que havia dito que a casa não apoia o esporte, alegando que a casa sempre apoiou o esporte ajudando e repassando verbas de emendas parlamentares para apoiar o setor. Disse ainda que a atual gestão não gosta de ser contrariada. Com a palavra, o vereador Claudiney disse que a proposta tem causado grande polêmica. Que votou a favor da emenda apresentada pelo vereador Alessandro Matias. Que a proposta do vereador Rodrigo chama a atenção, visto que proverá incentivo aos atiradores do Tiro de Guerra se dizendo favorável. Que tem autonomia para votar de acordo com a sua consciência, negando rumores de que é coagido para votar em favor do Executivo. O vereador André disse que no ano anterior não houve premiação tendo em vista que a proposição não fora aprovada. O projeto de lei 13/2024 foi colocado em votação, tendo os vereadores Alessandro, Claudiney, Evandro, Mauro e Osmar tendo votado contrário à sua aprovação e os demais vereadores votaram votaram favoravelmente. O projeto de lei 13/2024 foi aprovado por sete votos a favor e cinco votos contrários. Em seguida, a secretária procedeu, por ordem do presidente, com a leitura dos projetos de lei a adentrarem na casa assim sendo; Projeto de lei número 20/2024 que Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências; Projeto de lei número 21/2024 que Institui a Semana do Agronegócio no Município de Guanhães e dá outras providências. Prosseguindo com a discussão e votação de matérias, foi determinado à secretária que procedesse com a leitura dos pareceres apresentados ao projeto de lei número 82/2023 que Dispõe sobre a criação de ajuda de custo denominada "Bolsa Atirador Guanhanense" destinada aos atiradores durante o período de instrução do Tiro de Guerra 04-012 e dá outras providências. Os pareceres foram colocados em discussão. Em seguida, o projeto de lei foi colocado em discussão. O projeto de lei foi colocado em votação eletrônica, tendo sido aprovado por unanimidade pelos vereadores. Prosseguindo, o presidente determinou à secretária que procedesse com a leitura dos pareceres apresentados ao Projeto de lei número 01/2024 que Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Guanhães -COMDEG, e dá outras providências. Os pareceres foram colocados em discussão. Em seguida, o projeto de lei foi colocado em discussão.O projeto de

lei 01/22024 foi colocado em votação, tendo sido aprovado por unanimidade pelos vereadores. Ato contínuo, foi determinado à secretária que procedesse com a leitura dos pareceres apresentados ao projeto de lei número 02/2024 que Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - FMDE, e dá outas providências. Os pareceres foram colocados em discussão. Em seguida, o projeto de lei foi colocado em discussão. O projeto de lei 02/22024 foi colocado em votação, tendo sido aprovado por unanimidade pelos vereadores. Em continuidade à discussão e votação de matérias, a secretária procedeu com a leitura dos pareceres apresentados ao projeto de lei número 04/2024 que Dispõe sobre a instalação de placas de identificação nos logradouros no Município de Guanhães. Os pareceres foram colocados em discussão. Em seguida, o projeto de lei foi colocado em discussão. O vereador Alessandro Matias se manifestou contrariamente à proposta aduzindo que a mesma visa favorecer vereadores da Base do Governo, uma vez que tudo que consta na proposição já está sendo preparado a cerca de seis meses, acusando de haver tráfico de influência por parte da administração. O vereador Claudiney se disse favorável à aprovação da proposta dizendo que a mesma vai agilizar o trabalho dos entregadores que poderão identificar facilmente os endereços após a fixação das placas nos logradouros. No uso da palavra, a vereadora Adileila se disse contrária à proposição tendo em vista que todas as placas de identificação de logradouros já foram adquiridas pelo Executivo dizendo ser desnecessária a aprovação da proposta. O vereador Evandro disse ter vergonha de aprovar a proposta, aduzindo que vários assuntos mais importantes estão pendentes como a proposta de reforma da previdência e os direitos dos servidores públicos sendo que a colocação de placas nos logradouros é uma obrigação do Poder Executivo. O projeto de lei número 04/2024 foi retirado de pauta pelo Presidente. Ainda na discussão e votação de matérias, foi determinado à secretária que procedesse com a leitura dos pareceres apresentados ao projeto de lei número 09/2024 que Altera dispositivo da Lei n° 3.076 de 27 de setembro de 2022, que "Autoriza o Município de Guanhães a associar-se à AMIG - Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil e dá outras providências. O vereador Mauro solicitou vista à proposição, tendo a sua solicitação deferida pelo presidente. Prosseguindo com os trabalhos, o presidente determinou à secretária que procedesse com a leitura dos pareceres apresentados ao projeto de lei número 10/2024 que Altera dispositivo da Lei Municipal n. 2.330, de 15 de junho de 2009 e dá outras providências, que "Autoriza a filiação do Município de Guanhães à Associação dos Municípios do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce e dá outras providências. O vereador Osmar solicitou vista à proposição, tendo a solicitação deferida pelo presidente. Ainda na discussão e votação de

matérias, foi determinado à secretária que procedesse com a leitura dos pareceres apresentados ao projeto de lei número 18/2024 que Institui o programa denominado "Soletrando", no município de Guanhães e dá outras providências. Os pareceres foram colocados em discussão. Em seguida, o projeto de lei foi colocado em discussão. A vereadora Bárbara, autora da proposta, instou os vereadores a aprovarem o projeto de lei 18/2024 ressaltando a sua importância ao valorizar a ortografia e a língua portuguesa. O vereador Alessandro Matias elogiou a proposta da vereadora Bárbara se dizendo a favor da mesma. O projeto de lei 18/2024 foi colocado em votação. tendo sido aprovado pelos vereadores presentes. Os vereadores Alcides e Lucimar estavam ausentes no momento da votação do projeto de lei 18/2024. Em seguida, a palavra foi passada ao Senhor Advogado do Sindicato dos Servidores Públicos de Guanhães, Dr. Adilson que cumprimentou a todos e falou das suas dificuldades na reivindicação dos direitos dos servidores junto ao Poder Executivo. Que em todas as discussões não houve nenhuma proposição positiva por parte do Executivo, não havendo qualquer vontade da Prefeitura em atender as reivindicações dos servidores. Que servidores são coagidos a não procurar o Sindicato e que não há espaço na agenda da administração para atender às demandas dos servidores, não havendo qualquer boa vontade por parte desta. Disse que servidores que exercem a mesma função recebem adicionais de forma diferente. Que o servidor sempre tem medo, tendo em vista que a perseguição é grande. Que os aprovados no último concurso não são chamados. Que o LTCAT contratado pelo Município não atende aos requisitos legais e disse que protocolou requerimento na casa para que seja designada audiência pública para que sejam discutidas questões a respeito dos direitos dos servidores e da atual situação financeira do município. O presidente consultou o plenário para a realização da audiência pública na data de 06 de junho de 2024 às 18 horas, tendo os vereadores presentes aprovado a realização da audiência para a referida data. Foi designada também pelo presidente reunião extraordinária para o dia 10/05/2024 às 18 horas, saindo os vereadores presentes convocados para a mesma, ocasião em que serão apresentados os expedientes desta reunião. Discutidas e votadas as matérias em pauta, foi determinado à secretária que procedesse com o registro final da presença dos vereadores o qual estavam ausentes os vereadores Alcides e Lucimar, sendo que este último precisou se ausentar por ter se sentido mal. Encerrados os trabalhos em pauta e nada mais havendo a tratar, eu secretária lavrei a presente ata que depois de lida, se aprovada, segue assinada por todos os vereadores presentes. Sala das sessões, aos 06 de maio de 2024.

- 1. Adileila Rosa Gonçalves
- 2. Alcides Robson da Rocha
- 3. André Luiz da Silva
- 4. Alessandro Matias<
- 5. Bárbara de Pinho Carvalho
- 6. Claudiney Ferreira dos Santos
- 7. Evandro Lott Moreira
- 8. Lucimar Ferreira Pinto
- 9. Maria Anídia de Paula
- 10. Mauro da Conceição Neves
- 11. Nilson César do Nascimento Almeida
- 12. Osmar Gomes Fidelis
- 13. Rodrigo Pires Bretas

